

EDITORIAL

A HISTORIOGRAFIA RECENTE E A PESQUISA MULTIDISCIPLINAR*

*Eni de Mesquita Samara***

Ao longo da década de 1970, a difusão de cursos de Pós-graduação em História, associada às transformações político-sociais ocorridas em nosso país, coincidiu com o esgotamento de modelos de interpretação histórica, sustentados em sínteses globais da realidade brasileira. Entre os pesquisadores, observam-se também nesse período profundas mudanças em suas diretrizes de trabalho, com ênfase nas questões da contemporaneidade e das minorias, dando voz e lugar aos personagens antes sem História.

Em decorrência, abriram-se novos campos de investigação histórica, com linhas de pesquisa específicas, muitas delas com circunscrição regional, que permitiram, inclusive, o questionamento de inúmeras abordagens gerais sobre o nosso passado.

Ao identificar, portanto, outros objetos e temas, os historiadores tiveram que repensar os conceitos e os próprios domínios da História, provocando uma profunda reflexão sobre a disciplina. E é nesse bojo que se coloca a necessidade de se recorrer metodologicamente às áreas afins, tais como a Demografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Literatura, entre várias outras (ver LE GOFF; NORA, 1976).

Como resultado dessa visão multidisciplinar e dos desafios teóricos enfrentados, fez-se necessário ainda apoiar a análise em documentos

* Neste ano, o Editorial da revista PHOENIX apresenta a aula inaugural ministrada no Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ, em 24 de agosto de 2006, pela Prof^a. Dr^a. Eni de Mesquita Samara, por considerar que contempla um dos princípios fundamentais que pautam o nosso periódico: a abertura para o diálogo da História com outras ciências.

** Professora titular do Departamento de História da FFLCH/USP; diretora do Museu Paulista da USP e presidente da Anpuh (Associação Nacional de História).

históricos que dessem sustentação a temas até então inexplorados ou que permitissem a retomada de outros, a partir de novos olhares.

E a nossa proposta nessa conferência é justamente a de entender esse processo que resultou em uma produção recente bastante rica e diversificada, criando novos paradigmas de interpretação da nossa História.

No entanto, dada a complexidade do assunto, faz-se necessário hierarquizar idéias e enfrentar questões, tentando respondê-las, mas definindo alguns referenciais e caminhos de análise.

Assim, vamos primeiro discutir algumas matrizes intelectuais da historiografia brasileira e internacional e a forma como derivam de vertentes de reflexão fundantes do pensamento intelectual do século XX, para, a seguir, entendermos a constituição dos novos campos de pesquisa. E é a partir desses dois conjuntos que vamos discorrer sobre a historiografia recente e a pesquisa multidisciplinar.

1. Matrizes teóricas e vertentes de reflexão

Publicado ao final da década de 60 do século XX, o livro de Maria Sylvia Carvalho Franco, **Homens Livres na Ordem Escravocrata** (3. ed., 1983), marca uma mudança significativa na forma de se “fazer História”, ampliando o universo do historiador e a sua relação com as fontes documentais. Com uma temática inovadora para a época e reflexão crítica apurada acerca do regime escravista, a autora assenta a sua análise em Atas e Correspondências da Câmara, Inventários, Testamentos e Processos Criminais da cidade de Guaratinguetá durante o Império e início do período Republicano.

A idéia era justamente a de recriar, a partir dessas fontes, os códigos da sociedade escravista entendendo melhor o sistema de dominação pessoal, mas tendo como foco o homem comum, no caso os livres e libertos, constatando a regularidade do seu aproveitamento como mão-de-obra no trabalho das fazendas.

Essa discussão, sem dúvida, propicia um grande avanço na compreensão do sistema de trabalho implantado desde o período colonial brasileiro e em reflexões bastante sedimentadas acerca do “modo de produção escravista colonial”, presentes em análises como as de Jacob Gorender em **O Escravismo Colonial**.

Entendido, portanto, o latifúndio não como uma dualidade integrada, mas, sim, como uma unidade contraditória, os homens livres (assalariados, agregados e pequenos cultivadores não-escravistas independentes), vistos por Gorender como categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial, ganham vida e *status* de personagens históricos na obra de Carvalho Franco.

Assim, com a presença desses e de outros novos personagens, praticamente excluídos do discurso histórico até a década de 70 do século XX, passam a acontecer mudanças significativas nas abordagens referentes aos vários períodos da História do Brasil. Soma-se a essa mudança de enfoque a própria ampliação do conceito de “documento histórico” nas últimas décadas e a perspectiva multidisciplinar que é exigida para a sua análise face ao teor e diversidade das fontes que passam a ser utilizadas como instrumentos de pesquisa.

No âmbito internacional, François Dosse, em **A História em Migalhas**, dos *Annales* à Nova História (1994), discorre sobre esse longo percurso que, gestado nos inícios do século XX, traça um novo perfil dos historiadores do presente e da própria História, vista na perspectiva de Marc Bloch como a ciência das transformações.

E é somente a partir do acompanhamento cuidadoso do percurso intelectual dos historiadores ao longo do século passado que podemos entender as mudanças de enfoques e de critérios de análise que ocorrem também no Brasil e que explicam especialmente a produção de autores clássicos como Gilberto Freyre (**Casa Grande & Senzala: Introdução à Sociedade Patriarcal no Brasil**), Sérgio Buarque de Holanda (**Raízes do Brasil**) e Caio Prado Júnior (**Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**), entre outros, e os movimentos de renovação que ocorrem a partir de 1950, nos quais inserimos a obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983).

Com isso é possível visualizar a importância desses cem anos na produção historiográfica nacional e as influências recebidas das escolas estrangeiras tais como a *New History* e os *Annales*, que foram difundidas por gerações de estudiosos no país, criando um campo fecundo de pesquisa na área.

Mas, afinal, como fica a História e seus novos paradigmas nos inícios do século XXI? Que desafios enfrenta o historiador nesse momento?

Buscando entender e mesmo sintetizar essa “oposição” entre o “historicismo” e a “Nova História” (ou História em Migalhas, ou Micro-História), Ciro Flamarion Cardoso, em “História e Paradigmas Rivais” (1997, p. 1-26), discute essa questão na perspectiva da diversidade de objetos de investigação e alteridade cultural, entre sociedades e dentro de cada uma delas. Ao repensar, portanto, o conjunto da historiografia nos últimos 50 anos, identifica com clareza dois grandes paradigmas:

o iluminista, partidário de uma História científica e racional e, portanto, convencido da existência de uma realidade social global a ser historicamente explicada, e o pós-moderno, cético em relação a explicações globalizantes e tendente a enfatizar, em menor ou maior grau, as representações construídas historicamente (VAINFAS, 1997, p. 441).

Essa divisão, embora incite a polêmica, é crucial para o entendimento da produção histórica recente, bem como dos dilemas e desafios que enfrenta o historiador na atualidade, e tem sido objeto de inúmeras reflexões (CARDOSO e VAINFAS, 1997; CARDOSO e BRIGNOLI, 1990), como é também o caso de vertentes interpretativas de autores e obras já consagradas na historiografia nacional.

Desse modo, estudos recorrentes de autores clássicos como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre (IGLÉSIAS, 2000; BRESCIANI, 2002; PALLARES-BURKE, 2005; KOMINSKY, LEPIONE e PEIXOTO, 2003) têm contribuído vivamente para repensarmos as análises feitas sobre temas e períodos da nossa História nas últimas décadas e a influência das matrizes intelectuais dos inícios do século XX como definidoras de uma maneira “nova” de olharmos o passado brasileiro.

No entanto, apesar de todas as transformações permitidas pelo paradigma pós-modernista e da visão crítica acirrada que integra um momento da sua produção, ainda na opinião de muitos estudiosos, pouca coisa mudou nos modelos interpretativos da História Nacional, a começar pela própria cronologia e nomenclatura dos períodos (ver GLEZER, 2002, p. 25-46).

Percebemos também que algumas tentativas de estabelecer “novos critérios de periodização”, via currículo universitário, que passaram para alguns livros didáticos, como a dos ciclos econômicos (escambo, cana-de-açúcar, mineração, café e indústria) e a que foi estruturada em modos de

produção (escravismo, feudalismo, capitalismo), tiveram pouco sucesso (GLEZER, 2002, p. 32).

O enraizamento desses conceitos e das matrizes intelectuais tem dificultado sobremaneira a difusão dos resultados de pesquisa acumulados nas últimas décadas, provocando, inclusive, um distanciamento entre as publicações de cunho acadêmico e o próprio ensino da História. O problema da sua incorporação aos currículos e livros didáticos reside ainda na falta de abordagens gerais, face à característica mais regional e segmentada das obras concebidas a partir do paradigma pós-modernista.

E é diante de mais essa questão que se coloca o historiador na atualidade, dada a importância dos resultados conseguidos nas análises das últimas décadas e a necessidade de encontrar modelos interpretativos que permitam a sua veiculação para um público mais amplo.

Vem daí o esforço perceptível na produção historiográfica recente, no sentido de estabelecer análises comparativas a partir dos dados regionais de modo a obter um conhecimento mais abrangente da nossa História. Isso não significou, no entanto, o abandono dos critérios recentes estabelecidos para as análises ou mesmo mudanças em relação às escolhas dos núcleos documentais, pondo em risco a revisão bibliográfica crítica ou a postura multidisciplinar.

Nas últimas décadas, com a pulverização da pesquisa histórica nos diversos estados do país a partir da disseminação dos cursos de pós-graduação e a criação de vertentes de interpretação com focos regionais, são menores, portanto, as possibilidades de utilizarmos apenas os campos dos paradigmas polares “iluminista” e “pós-modernista”, discutidos por Flamarion Cardoso (1997).

Buscando uma maneira própria de “fazer História”, os historiadores da atualidade no Brasil e a nossa produção intelectual recente não somente abriram novas perspectivas de análise, como também enfrentaram assuntos já consagrados, ao sair das “salas de visita” da História, como bem coloca Ecléa Bosi no “Prefácio” de **Quotidiano e Poder**, de Maria Odila da Silva Dias (1995).

Assim, como deixar falar os documentos históricos, compreender a alteridade, despir-se das próprias amarras culturais, estabelecer critérios científicos de análise, promover o debate crítico com as outras ciências, reconhecer a necessidade e os riscos da micro-História e das sínteses globais,

vincular a pesquisa histórica com as preocupações do presente e fazer uma História plural, multidisciplinar?

Como se pode perceber pelas indagações acima, definir os contornos do nosso território é uma das preocupações que enfrenta o historiador do presente e que resulta da efervescência cultural que marcou o século XX, especialmente dos movimentos sociais de inclusão das minorias, que colocaram em xeque uma visão de mundo e de comportamentos.

O que se vê, portanto, no campo da História na atualidade é um reflexo de tudo isso, mas sobretudo da mudança de enfoque do historiador e da forma de “olhar” o documento histórico, criando novas vertentes de interpretação, mas que não deixaram de lado leituras fundantes do nosso pensamento intelectual e que ainda estão bastante presentes no debate historiográfico das últimas décadas.

Este é o caso de autores como Gilberto Freyre que, em função dos temas abordados e do método de trabalho, ainda se constituem no século XXI em referências básicas para os estudiosos de diferentes especialidades.

A riqueza e diversidade de objetos que a sua obra oferece ao leitor, o seu método de trabalho e a originalidade das fontes utilizadas, de certo modo, anteciparam os contornos da nova história defendida pelo grupo dos *Annales*.

Sendo assim, a sua retomada é freqüente, o que demonstra a atualidade do seu pensamento e as inúmeras possibilidades de reflexão que oferece, como é o caso da perspectiva multidisciplinar presente nos seus estudos e que aqui pretendemos analisar a partir do seu livro embrião.

Escrito primeiramente em inglês, em 1922, como tese de mestrado apresentada à Universidade de Columbia, **Vida Social no Brasil em Meados do Século XIX** (ver FREYRE, 1985) revela muito da inquietação intelectual de um jovem recém-saído da adolescência e que se tornaria um dos maiores intérpretes e pensadores da vida brasileira ao longo do século XX.

A originalidade do seu ponto de vista multidisciplinar e do seu método descritivo, mas que permite através do particular atingir a totalidade, nos conduz, a partir do estudo de qualquer aspecto da vida social, às questões maiores (Ver GIUCCI, 2003, p. 361-376). Como resultado, a leitura da sua vasta produção intelectual, apesar da necessária revisão crítica, influenciou gerações de estudiosos da vida brasileira, aqui e no exterior, tornando-se referência para o entendimento das bases que estruturaram a nossa sociedade.

Vem daí, portanto, a necessidade da retomada do seu livro embrião, por revelar muito do seu método de trabalho e das influências que recebeu na sua formação.

Desse modo, a sua leitura nos incita a decifrar os códigos e penetrar nos “mistérios” dos procedimentos de “reconstituição de alguns aspectos menos ostensivamente públicos e menos brilhantemente oficiais, mas nem por isto, menos sociológica e psicologicamente significativos, do viver em família” (FREYRE, 1985, p. 27; prefácio à primeira edição em língua portuguesa). Viver em família que se traduz, para Freyre, em segredos de alcova, das cozinhas, das relações afetivas entre pais e filhos, iaiás, mucamas e ioiozinhos, o que em síntese remonta ao cotidiano dos brasileiros oitocentistas que ainda viviam e recriavam o patriarcalismo como sistema.

Esse interesse pelas “histórias do dia-a-dia” revela as influências dos seus mestres, que apontavam para a necessidade de voltar-se não somente para a interpretação econômica do passado, como também para a sociológica.¹ Era um tempo de efervescência cultural na Universidade de Columbia, em que se vivia o impacto da *New History* e em que, à semelhança do que acontecia na França, existia a crença de que era necessário aplicar ao estudo do passado critérios diferentes dos convencionais – aqui entendidos como meramente cronológicos ou apenas concentrados nos fatos políticos. Com isso, o que se pretendia na realidade eram análises mais profundas e relativas aos aspectos culturais de uma dada sociedade e que, ao mesmo tempo, fugissem das visões etnocêntricas ou pseudocientíficas através do especialismo. Assim, como resultado da realização das pesquisas histórico-sociais, seria possível chegar aos grandes complexos culturais a configuração total das sociedades, desde que estas fossem vistas a partir da sua própria perspectiva, em seus aspectos particulares e valores.

Isso, sem dúvida, exigia que o estudioso se despisse das suas próprias amarras culturais, de modo a não estabelecer critérios de valores superiores ou inferiores, lição que Freyre aprendeu especialmente com Franz Boas, ao superar em seus trabalhos as abordagens convencionais da investigação histórica.

E é por isso que no estudo do pensamento de Freyre, **Vida Social em Meados do Século XIX** ocupa um lugar especial, ao firmar uma forma de interpretação da sociedade brasileira que, além de criar uma tradição historiográfica, revela a disciplina e o método de trabalho utilizado pelo pesquisador no trato das fontes históricas. Assim, Freyre insiste em prefácio

do seu próprio punho que, para escrever **Vida Social em Meados do Século XIX**, “se socorreu exclusivamente – dentro dos rigores de técnicas características de teses e de dissertações universitárias e de fontes da época”, explicando o fato de não citar – a não ser brevemente – nomes consagrados da historiografia brasileira como Oliveira Lima e, nem mesmo de raspão, Capistrano de Abreu – escritores que se ocuparam retrospectivamente de fatos, costumes e personalidades dos meados do século XIX – e de não ter, inclusive, chegado a tomar conhecimento, no estrangeiro, de ensaios, então recentes, como os de Oliveira Vianna (FREYRE, 1985, p. 39).

Tal procedimento é superado neste trabalho por consagrar um método no qual o analista buscava integrar-se ao ambiente característico de uma época. Entendendo que uma dada cultura cria a sua própria paisagem, Freyre objetivava a reconstituição da sociedade patriarcal dos meados do século XIX pelos seus tipos sociais, objetos, móveis e utensílios. Com isso pretendia recapturar sugestões fornecidas por aquele momento, especialmente pela litografia, daguerreótipos e fotografias.

A riqueza intelectual dessa vertente de análise preocupada muito mais com a ambientação num dado momento histórico, deixando falar personagens e formas próprias de sociabilidade, já mostrava caminhos fecundos que foram seguidos pelos estudiosos da atualidade, como pensador da vida cotidiana, da intimidade e da cultura em oposição ao mundo institucional (ver SOUZA, 2003, p.65-81).

Ao lado disso, a visão multidisciplinar que a sua obra como um todo impõe permite que se façam inúmeras leituras do seu conteúdo, para além dos aspectos da vida privada ou mesmo do cotidiano.

Isso explica, portanto, a atualidade do seu pensamento, as análises alternativas possíveis e o seu abandono ou retomada, como se percebe, por exemplo, no debate historiográfico presente em campos novos de pesquisa como a família, as mulheres, a vida privada e também nos estudos sobre a cultura material. Isso, sem falar da sua importância nas análises sobre escravidão, mestiçagem, regionalismo, entre outros aspectos importantes da nacionalidade brasileira que ainda incitam o debate (ver KOMINSKY, 2003).

2. Novos campos de reflexão e a pesquisa multidisciplinar

Campo multidisciplinar por excelência, a História da Família no Brasil, surgida após a década de 70 do século XX, levou em conta principalmente a pesquisa em arquivos, os enfoques regionais e a revisão da obra de Gilberto Freyre, em especial no que tange à aplicação de um modelo característico das áreas de lavoura canavieira do Nordeste para caracterizar a sociedade brasileira como um todo (SAMARA, 2003, p. 303-311). Assim, a impropriedade do seu uso residiria, principalmente, nas diferenças que existem nesse modelo em relação às várias categorias sociais e situações específicas por regiões, ao longo do tempo (SAMARA, 1993).

A idéia de “famílias” surge, portanto, na nossa historiografia no decorrer dos anos 80, depois de uma longa e frutífera discussão em torno dos “modelos ideológicos” que, na década de 70, buscavam acercar-se de parâmetros comuns diante da diversidade encontrada nas pesquisas empíricas. Com isso, os modelos institucionais passaram a ser interpretados como referências de traços básicos do comportamento familiar, no que tange aos padrões de relações afetivas, sexuais, de solidariedade e mesmo de hostilidade. A partir desse debate definiram-se, portanto, duas dimensões bastante claras de análise, ou seja, a da realidade “vívda”, presente nas práticas costumeiras das populações, e aquela “pensada” que é articulada a partir da hierarquia social dominante e que transcende a própria organização familiar (ALMEIDA, 1987). Como decorrência, a questão do patriarcalismo é vista, sobretudo, como um ideal almejado, o que explica a sua penetração nos vários segmentos da sociedade brasileira do passado. A noção plural de família aparece ainda relacionada às mudanças advindas dos fatores socioeconômicos que repercutiram diretamente nas redes de parentesco e de organização dos domicílios (ver, entre outros, LEVI, 1977; KUZNESOF, set.1988/fev. 1989, p. 37-64).

A busca da harmonização dessas tendências surgiu, sobretudo na última década, permitindo o avanço da visão monolítica do patriarcalismo e indicando que, apesar das raízes comuns, no caso a origem ibérica, as pesquisas necessariamente deviam voltar-se para a diversificação de experiências dos grupos sociais, etnias e gênero, sem esquecer as atitudes que, ao longo da nossa História, levaram ou não ao processo de desintegração de tais culturas e experiências.

Isso permitiu, sem dúvida, um avanço nessa área do conhecimento, configurando como não excludentes as visões institucional e multifacetada da realidade brasileira no campo da História da Família.

Por outro lado, essa linha de investigação continua ainda a ser identificada, muitas vezes, com o que poderia compor algumas das suas partes, ou seja, os estudos de gênero, da criança, da sexualidade e mesmo da própria História psicológica. Isso se explica pela multiplicação das pesquisas e pelo caráter interdisciplinar da área, mas sobretudo pela riqueza de possibilidades que o tema oferece para análise.

Daí ser ainda muito difícil definir os seus contornos, metodologia e acervos documentais específicos. Entretanto, a afirmação de que o estudo da família permite o entendimento da estrutura socioeconômica, da política e mesmo das mentalidades, sendo a chave para o conhecimento da interação entre o indivíduo e as mudanças sociais, é hoje, ainda, o grande trunfo dessa disciplina (ver HAREVEN, 1973, p. 211-216).

Dessa maneira, é possível, pelo microcosmo da família, entender o todo da organização social, sem deixar de lado as especificidades que interessam ao historiador no presente, o que, de certa forma, resgata para o nosso tempo a metodologia a que se impôs Freyre na elaboração do livro embrião **Vida Social no Brasil em Meados do Século XIX** (FREYRE, 1985).

Assim, ao abordar os inúmeros aspectos da vida brasileira, a sua obra ainda suscita o debate, especialmente nas áreas consideradas afins da História da Família,² ou seja, nos estudos populacionais, de gênero, da criança, da sexualidade e da cultura material.

Por outro lado, uma rápida aproximação dessas pesquisas indica, por sua vez, que a análise de dados demográficos provenientes de listas nominativas de habitantes, censos populacionais, inventários e testamentos, processos criminais e eclesiásticos, entre outros documentos, fundamentou inúmeros trabalhos que, redefinindo temas e recortes, permitiram novas aproximações da família, tornando mais claras as suas inter-relações e a importância para o entendimento da sociedade brasileira.

Por isso, podemos dizer que um retrato mais preciso da nossa organização familiar começou a tomar forma, ainda na década de 70, com a associação entre a História e a Demografia. Adaptando o método de reconstituição de famílias desenvolvido na França por Louis Henry, estudiosos incorporaram à pesquisa histórica brasileira o uso de fontes como

registros paroquiais de batismo, casamento e óbitos, associando-os às listas nominativas de habitantes (MARCÍLIO, 1973). Os resultados desses trabalhos confirmavam que a vida social do nosso passado não se restringia à casa-grande e à senzala, e que existiam outras atividades que não apenas aquelas ligadas ao latifúndio e à exportação.

Enveredando pela mesma trilha, embora com uma metodologia distinta da escola francesa, o grupo de Cambridge também teve adeptos no Brasil. Assim, estudiosos (SAMARA, 1989) trabalhavam, na década seguinte, com os Maços de População, entre várias outras fontes seriais, e como resultado elaboraram uma tipologia de estruturas de domicílios que apontava para a existência de tantos tipos de famílias quantos fossem os fatores que intermediavam sua participação na sociedade – a condição social, a econômica, a étnica e, até mesmo, o gênero dos que exerciam a chefia do domicílio.

Como se pode perceber, a abordagem quantitativa ou demográfica da família fundamentava-se em documentos e métodos variados, que permitiram também o estudo de outros temas importantes como a estrutura e dinâmica populacional, a acumulação da riqueza, a transmissão de herança, a força de trabalho e a composição da escravaria.

Um bom exemplo dos desdobramentos temáticos nessa linha de pesquisa pode ser encontrado na análise da família cativa no Sudeste brasileiro. A reconstituição da estrutura demográfica da população escravizada em plantéis de pequeno, médio e grande portes corroborava a tese tradicional sobre a alta razão de masculinidade e reafirmava que a estratégia de reposição dos cativos era realizada, preferencialmente, pelo tráfico negreiro. Alguns dados novos, tais como os altos índices de uniões (consensuais ou não), os padrões de legitimidade da prole e a existência de famílias extensas, começavam porém a questionar a hipótese de promiscuidade sexual generalizada nas senzalas.³

De fato, da associação entre razão de sexo, diferenças étnicas ou por faixas etárias, distribuição de cativos segundo o tamanho dos plantéis, índices de casamentos, legitimidade e tamanho da prole, entre outros dados, comprovaram-se a existência da família escrava e as possibilidades de uma vida familiar estável e autônoma, dentro do sistema escravista.

Este espaço de liberdade, por sua vez, teria se traduzido no desenvolvimento de estratégias próprias dos cativos em relação ao

casamento, notadamente no que se refere à escolha do(a) companheiro(a), em função da sua origem étnica e condição social, obedecendo a razões culturais que lhes seriam próprias.

Assim, todo esse esforço de entender melhor a formação social brasileira no passado resultou na identificação e análise de categorias sociais ainda pouco estudadas, destacando-se também nesse conjunto as mulheres e as crianças que pela sua importância definem novos campos de pesquisa nas últimas décadas do século XX.

No primeiro caso, Rachel Soihet, ao analisar a sua produção, aponta para algumas das suas principais temáticas que estão relacionadas à questão da cidadania, a participação no mercado de trabalho e a resistência.⁴

De início, sob a influência da Nova História e das obras de Michel Foucault, as mulheres como personagens históricos foram resgatadas pela “historiografia da transgressão” (PRIORE, 1998, p. 226-227). Artigos, livros e teses apoiados em fontes eclesiais e civis trataram das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das “malfaladas”, das pecadoras, das loucas, das pobres e das escritoras feministas.⁵

Em seguida, sob a inspiração de demógrafos historiadores, recorria-se à documentação quantitativa e serial que mostrou ser fundamental não reduzir as clivagens entre os homens e as mulheres a partir de um único princípio de diferenciação – o sexo ou o gênero –, e sim focar a atenção nos usos sexualmente diferenciados de modelos culturais comuns aos dois sexos.

Ao se conhecer o peso proporcional dos sexos na dinâmica populacional brasileira – taxas diferenciadas de nascimento, casamento e morte – constatou-se, em diversos momentos da nossa História, a ausência de equilíbrio entre homens e mulheres. Daí, afirmar-se que a apreensão da real condição feminina também depende dos seus números, da sua temporalidade, do seu espaço geográfico, da sua etnia, do seu ciclo de vida, da sua classe ou categoria social e do seu estatuto jurídico.

Nesse contexto, a introdução da categoria gênero fez-se fundamental para decodificar o significado que as culturas, em momentos e contextos sociais distintos, outorgam à diferença entre os sexos. Além disso, mais do que fornecer apenas informações essenciais sobre as mulheres, este enfoque permitiu a inclusão do masculino e a utilização do método relacional de análise.

Baseando-se em teorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu e Maurice Godelier, Joan Scott propôs uma definição de gênero como a legitimação do poder, em que as diferenças entre os sexos devem ser apreendidas como uma forma primária dessas relações (SCOTT, 1999).

Para esta autora, os conceitos normativos que afirmam categoricamente e univocamente o significado do ser homem e do ser mulher, do masculino e do feminino, podem ser encontrados tanto nas práticas religiosas, educativas, legais e políticas quanto na Fisiologia. E, assim sendo, reconhece que as relações de gênero estão implícitas nas organizações sociais, na família, no sistema de parentesco, no mercado de trabalho, nas instituições educativas e em todas as práticas cotidianas.⁶

Logo, é um erro pensar gênero como construindo papéis masculinos e femininos, pois estes são, basicamente, padrões e regras arbitrárias que a sociedade estabelece para os seus membros. Assim, cabe ao historiador identificar e refutar posições que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres (LOURO, 2002, p. 23-27).

O recurso ao gênero, um conceito construído com forte apelo relacional, permite, portanto, rejeitar as formas como as características sexuais são apresentadas e valorizadas, em cada sociedade, em momentos históricos específicos.

Entendendo, portanto, que determinados contextos fundamentam e expressam a construção dessas diferenças, é preciso olhar os documentos e decodificá-los a partir dos seus usos e finalidades. E nesse conjunto também se inserem as fontes seriais ou quantitativas que expressam, através dos números, as desigualdades de gênero.

No caso do Brasil, um bom exemplo é a análise dos censos demográficos da população.⁷ Os dados socioeconômicos que essa fonte disponibiliza permitem identificar, pelo menos, os números do sexo, da idade, da nacionalidade, da religião, do estado civil, da instrução e do trabalho, isto é, alguns dos indicadores vitais da população e da sociedade brasileira. Conformam, portanto, um retrato numérico, fiel embora estático, da sociedade em observação na sua data de referência e constituem uma fonte eminentemente quantitativa que responde aos propósitos do Estado que o patrocina. Assim, antes de analisá-los, é preciso entender os seus objetivos.

É o que acontece no censo realizado em 1920, no qual a coleta de informações sobre as características da população foi realizada no contexto

da família, em vez de boletins individuais (ver MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMÉRCIO, 1922, p. 488). Seus organizadores afirmaram, portanto, a precedência da sociedade frente ao indivíduo e utilizaram uma noção conservadora e romântica da família, como elemento fundante da sociedade, da nação e do Estado (MINISTÉRIO..., 1922, p. 488).

No contexto desse momento, coube a Oliveira Vianna definir alguns dos conceitos empregados na execução do referido censo. Em **Evolução do Povo Brasileiro** (1956), apresenta a sociedade brasileira como fruto da miscigenação transitória de três “raças” envolvidas no desbravamento, povoamento e exploração do território. Do engenho ao pastoreio, da escravidão indígena à africana, dos bandeirantes aos imigrantes, teria cabido à família intermediar as relações entre os indivíduos e a sociedade. Extensa e patriarcal, ela se apresentava como foco irradiador do processo civilizatório e, no próprio documento, como o núcleo identificador dos indivíduos em relação à faixa etária, nacionalidade, situação conjugal, grau de instrução e atividades econômicas. Ressalta-se, ainda, que os recenseadores não se detiveram na identificação legal das uniões conjugais e nem distinguiram, entre os que exerciam atividades produtivas, as mulheres, mesmo aquelas responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Um sério questionamento impõe-se, portanto, aos que estudam a presença feminina neste contexto restritivo, tornando-se imperativo agregar um enfoque qualitativo a essa análise, já que os resultados encontrados neste documento apresentam uma idéia de família e de sociedade.

Percebe-se ainda que os dados sobre a ocupação referendam os papéis tradicionais de gênero, excluindo as tarefas que as mulheres realizavam no mercado informal como complementação da renda familiar. Por isso, foram alocadas entre as que declaravam não exercer uma ocupação ou que se diziam sem profissão. A maioria do contingente masculino, por sua vez, foi arrolada entre os que exerciam alguma atividade econômica, já que cabia ao homem o papel de provedor.

Tais constatações não são, no entanto, um problema específico desse documento, cabendo ao pesquisador sempre utilizar os dados e as informações com bastante critério e criando mecanismos adequados para respaldar a sua interpretação.

Observa-se ainda a necessidade de estabelecer comparações, desde que possíveis, com outras fontes, o que, além de enriquecer a análise, compatibiliza os resultados obtidos, quer a partir dos documentos quantitativos, quer dos qualitativos.

É o que se percebe especialmente na produção das últimas décadas, face à preocupação mais segmentada do passado e que, ao buscar o específico ou o particular, leva sempre em conta diferentes variáveis e modelos interpretativos. O recurso ao uso de técnicas e mesmo metodologias das áreas afins e a própria visão multidisciplinar das ciências contribuíram sobremaneira para o aprimoramento dos estudos históricos, que não deixam de considerar as diferenças de gênero, classe ou categoria social e também a etnia. Temporalidade e critérios regionais opõem-se ainda às visões mais globalizantes dos processos em curso.

Despindo-se das próprias amarras culturais, o historiador no presente volta-se para o seu objeto ou tema de estudo, buscando especialmente o significado plural da história, o que é bastante perceptível nos estudos sobre as famílias e as mulheres que acabamos de analisar.

A cultura material, por sua vez, apoiada em análises de inventários e testamentos, extrapola os limites da análise do patrimônio econômico do indivíduo, da família ou de uma determinada categoria ou classe social. Ao agregar a dimensão cultural aos estudos de organização material do núcleo doméstico, analisando os objetos e os artefatos, inova a historiografia, pois busca entendê-los no viver cotidiano, bem como as relações de uso e troca criadas pelos mesmos (ROCHE, 2000, p. 19).

Assim, o historiador voltado para essa temática deve estudar o objeto em simbiose com a sociedade que o criou, com o mercado que o distribuiu e com a economia que permitiu a sua existência funcional.⁸ Enfim, os artefatos devem ser pesquisados como criação dos grupos sociais, nos quais homens e mulheres de diferentes etnias estão inseridos.

No entanto, outras características, além daquelas relacionadas diretamente à materialidade do objeto, devem ser contempladas na análise. Sendo assim, o papel social e a função econômica – valor de uso, valor de troca, valor de posse e valor de seleção – de artefatos como a roda de fiar algodão, o tear, o engenho de cana, o moinho, o monjolo, entre tantos outros objetos identificados nos inventários, devem ser estudados considerando não apenas o seu aspecto físico, como também os outros elementos implícitos

na sua própria existência, ou seja, a origem, as práticas sociais, coletivas e individuais (MARTINEZ, 2006, p. 2).

A representação da cultura material – o total de artefatos possuídos, seus mais diversos componentes, usos, valores, significados simbólicos, religiosos, místicos, afetivos, comerciais, entre outros fatores – surge então como uma das muitas possibilidades de se compreender o estilo de vida, a riqueza e também a pobreza dos diferentes estratos sociais.

Como se pode perceber, todos esses enfoques e possibilidades de pesquisa que se abrem para o historiador na atualidade, sem dúvida, apontam caminhos bastante ricos e diversificados de análise, mostrando um conceito plural da área no que concerne à ampliação das temáticas, bem como dos aportes metodológicos.

O que se percebe ainda com clareza é a interlocução com outras áreas do conhecimento, propiciada pelos deslocamentos no território do historiador, com a abertura de novos campos de reflexão e de pesquisa. Neste bojo insere-se também a mudança no próprio conceito de documento histórico, como resultado dessa visão multidisciplinar ou talvez provocada por ela.

Desse modo, fica difícil entender o conjunto da produção historiográfica recente no Brasil apenas a partir de uma única perspectiva, face à sua complexidade, dimensão e importância, fato que também se repete no cenário internacional.

Assim, diferentes usos do passado compõem, na atualidade, um novo perfil do historiador e da própria disciplina como decorrência natural das transformações ocorridas ao longo do século XX, percurso que procuramos acompanhar a partir de algumas matrizes intelectuais e vertentes de reflexão que são fundantes do nosso pensamento intelectual até o presente.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ângela (Org.) **Pensando a família no Brasil**; da Colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- BOSI, Ecléa. Prefácio. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-26.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- DOSSE, François. **A História em migalhas**; dos *Annales* à Nova História. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**; Introdução à Sociedade Patriarcal no Brasil. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**; o livro embrião de Casa Grande & Senzala. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1985.
- GIUCCI, Guilherme. Gilberto Freyre e o (pós) modernismo. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LEPIONE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Áreas (Orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 361-376.
- GLEZER, Raquel. História da historiografia brasileira, construção e permanências. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.) **Historiografia brasileira em debate**; "olhares, recortes e tendências". São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p. 25-46.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- HAREVEN, Tamara. The History of the family as an interdisciplinary field. In: RABB, Theodore; ROTBERG, Robert (Orgs.). **The family in History**. New York: Harper & Row, 1973, p. 211-216.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000.
- KUZNESOF, Elizabeth. A Família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In: SAMARA, Eni de Mesquita. **Família e grupos de convívio**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 9, nº 17, set.88/fev.89, p. 37-64.

- LIFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos problemas; novas abordagens; novos objetos**. 3 v. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEVI, Darrel. **A família Prado**. São Paulo: Cultura, 1977.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**. Povoamento e População (1750-1810). São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane M. **A cultura material na historiografia: novas questões**. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.
- MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica (Orgs.). **Gênero em debate**. Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral da Estatística. **Recenseamento do Brasil**. Realizado em 1º. de setembro de 1920. Vol. I – *Introdução*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Um vitoriano nos Trópicos**. São Paulo: Unesp, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**. Nascimento do consumo. Séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero / Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **Família e grupos de convívio**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 9, nº 17, set.88/fev.89.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **História da família no Brasil: Bibliografia Comentada**. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998.

- SAMARA, Eni de Mesquita. Relendo os 'clássicos' e interpretando o Brasil: Freyre e os estudos de família. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LEPIONE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Áreas (Orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru: Edusc, 2003.
- SCOTT, Joan W. **Gender: a useful category of historical analysis**. 2. ed. Columbia: Columbia University Press, 1999.
- SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 103-129.
- SOUZA, Jessé. A atualidade de Gilberto Freyre. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LEPIONE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Áreas (Orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru: Edusc, 2003, p. 65-81.
- TUPY, Ismênia S. Silveira T. Retratos femininos: a família e a mulher nos censos demográficos. Brasil, 1920-1940. In: I JORNADA INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DA FAMÍLIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR. São Paulo: CEDHAL/USP, 2003.
- VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 441-449.
- VIANNA, Francisco J. de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

Notas

¹ Sobre as influências que recebeu e a importância da *New History*, ver prefácios das edições anteriores.

² Um levantamento historiográfico desta vasta produção encontra-se em SAMARA, 1998.

³ Dentre alguns levantamentos historiográficos sobre a família escrava em nosso país, é possível destacar-se, entre outras contribuições do mesmo autor, MOTTA, 2002, p. 235-254.

⁴ Ver Sohiet (1997, p. 275-296). Neste artigo, pioneiro em promover um balanço da produção brasileira sobre o tema, além de sistematizar algumas das contribuições de pesquisadores(as) nacionais, a autora destaca as estrangeiras que considera teoricamente mais relevantes e/ou que desenvolveram pesquisas sobre o caso brasileiro.

⁵ Segundo Priori (1998, p. 227), o imaginário da vida social feminina também seria explorado por fontes literárias impressas (romances, biografias, jornais e revistas) e por retratos de heroínas de filmes, novelas de televisão e letras de música popular. Outra abordagem que se configura complementar ou não tem sido sustentada pela História Oral.

⁶ Um aprofundamento da categoria gênero, de suas possibilidades e limites de utilização entre os historiadores brasileiros, bem como a evolução do próprio conceito pode ser encontrado em MATOS, 1997.

⁷ Para uma correlação detalhada entre recenseamentos e estudos de gênero, ver TUPY, 2003.

⁸ Para uma análise mais detalhada sobre a contribuição de um grupo de pesquisadores da cultura material em os **Anais do Museu Paulista**, ver MARTINEZ, 2006, p. 2-4 (texto mimeo.). Grifos da autora.